



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Do Sr. Wilson Filho)

Requer Audiência Pública com as presenças do presidente da Caixa Econômica Federal, Gilberto Magalhães Occhi, do Secretário Executivo do Ministério do Turismo, Sr. Alberto Alves e do Sr. André Wainer, Coordenador Substituto de Articulação Institucional do Ministério da Justiça/Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam convidados para participar de Audiência Pública, o presidente da Caixa Econômica Federal, Gilberto Magalhães Occhi, o Secretário Executivo do Ministério do Turismo, Sr. Alberto Alves e o Sr. André Wainer, Coordenador Substituto de Articulação Institucional do Ministério da Justiça/Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania.



JUSTIFICATIVA

O Brasil é um país conservador em termos de leis para os jogos de azar. O país tem uma das legislações mais atrasadas e antiquadas na área de loteria e jogos do mundo. O serviço lotérico foi reconhecido como serviço público pelo Decreto nº 21.143, de 10.03.1932. Qualificação mantida com a edição do Decreto-Lei nº 2.980, de 24.01.1943 e repetida com o Decreto-Lei nº 6.259, de 10.02.1944, bem como Decreto-Lei nº 204, de 27.02.1967. O Decreto-Lei nº 3.688, de 03.10.1941, que trata da 'Lei das contravenções penais' proibiu o Jogo do Bicho e o Decreto-Lei nº 9 215, de 30.04.1946 proibiu o cassino. Ou seja, depois de 46 anos da última lei, ainda não enfrentarmos a questão da atualização do marco regulatório para esta atividade.

A legislação proibitiva não alterou o cenário de ilegalidade do jogo no Brasil, que movimenta anualmente em apostas clandestinas mais de R\$ 18,9 bilhões com o jogo do bicho (R\$ 12 bi), bingos (R\$ 1,3 bi), caça-níqueis (R\$ 3,6 bi) e apostas esportivas, i-Gaming e pôquer pela internet (R\$ 2 bi), segundo estudo desenvolvido pelo Boletim de Notícias Lotéricas – BNL. Portanto, o jogo ilegal no Brasil movimenta quase o dobro que os R\$ 12.1 bilhões dos jogos oficiais, se somados os R\$ 11,4 bilhões das loterias da Caixa Econômica Federal, R\$ 400 milhões das Loterias Estaduais e R\$ 300 milhões do turfe, sem nenhuma contrapartida destes recursos para o Estado e para a sociedade.

O destaque das apostas ilegais no país fica com o centenário Jogo do bicho, que movimenta cerca de R\$ 12 bilhões por ano. Esta modalidade é comercializada em mais de 350 mil pontos de venda, contra as 12.600 lotéricas da Caixa. Recebe apostas de mais de 20 milhões de brasileiros diariamente e tem uma premiação (payout) de 60% contra 31% médio da CEF.

Segundo a World Lottery Association – WLA, no ano de 2011 a indústria do jogo movimentou US\$ 339,8 bilhões, divididos entre a América do Norte com US\$ 120 bilhões (36%), Europa com US\$ 102,5 bilhões (30%), Ásia e Oriente Médio com US\$



Câmara dos Deputados

75.6 bilhões (22%), América Latina e Caribe com US\$ 17.5 bilhões (5%), Oceania com US\$ 16.5 bilhões (5%) e África com US\$ 4.7 bilhões (1%).

Diante do exposto, submeto aos ilustres pares, para aprovação, o presente requerimento.

Sala da Comissão, de abril de 2017.

Deputado Federal **Wilson Filho**
PTB-PB